

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 03/2015
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 2.ª Sessão
30 de abril** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 32 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 53 membros no decorrer da sessão.

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, José Maria Faustino da Cunha, David Martins Garrido, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Marcelo Jorge Lago, José Domingos Carneiro, Edgar Alberto Pires, António Augusto Jacob, José dos Santos Sousa, José Mário Pinheiro Mesquita e Cristina Maria Ferreira Passas, Jorge Humberto Fernandes.

Apresentaram justificação de Faltas:

- José Baltazar Gomes Aguiar: Sessão de 05 de junho de 2015.
- Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa: Sessão de 05 de junho de 2015.
- José Maria Faustino da Cunha: Sessão de 05 de Junho de 2015.
- David Martins Garrido: Sessão de 05 de Junho de 2015.
- Fernando Manuel Gomes Alves: Sessão de 05 de junho de 2015.
- Marisa de Fátima Seixas Aranda: Sessão de 05 de junho de 2015.
- Marcelo Jorge Lago: Sessão de 05 de junho de 2015.
- José Domingos Carneiro: Sessão de 05 de Junho de 2015.
- Edgar Alberto Pires: Sessão de 05 de junho de 2015.
- António Augusto Jacob: Sessão de 05 de junho de 2015.
- José dos Santos Sousa: Sessão de 05 de junho de 2015.
- José Mário Pinheiro Mesquita: Sessão de 05 de junho de 2015.
- Cristina Maria Ferreira Passas: Sessão de 05 de junho de 2015.
- Jorge Humberto Fernandes: Sessão de 05 de junho de 2015.

Quanto à mobilidades desta Assembleia, foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- José Maria Faustino da Cunha (CDS/PP), Deputado efetivo, por Maria de Fátima Bravo C. E. Santos (CDS/PP);
- José dos Santos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), pela Secretária da mesma Junta de Freguesia, Ana Lúcia de Almeida Pimpão (PSD);
- António Augusto Jacob, Presidente de Junta de Freguesia de Carvalhais (PSD), pelo Secretário da Junta de Freguesia Nelson Manuel Sousa Teixeira (PSD);
- David Martins Garrido (CDU), Deputado efetivo, por Jorge Humberto Fernandes (CDU);
- José Mário Pinheiro Mesquita (PSD), Deputado efetivo, por Lina Maria Gomes (PSD);



- Marcelo Jorge Lago (PSD), Deputado efetivo, por Paulo dos Santos Costa (PSD).

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Municípes, os meus cumprimentos.

Já temos quórum, pelo que vamos dar início aos nossos trabalhos.

Pedia aos Senhores Municípes que estão a assistir, o favor de se sentarem.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 30 de abril de 2015.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Primeiro Ponto: Leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 30 de abril de 2015.

Há algum pedido de explicação sobre a ata?

Faça favor Senhor Arquitecto Figueiredo.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras.

Em relação à página 36, tem aqui “urzes”, não são urzes, são zonas urbanas.

Também nessa mesma página, quando se diz “*Mirandela, todos nós queremos.*” Deve-se corrigir para “*a Mirandela que todos nós queremos.*”

E na página 29, onde se diz: “a ventura” deve corrigir-se para: “aventura”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Serão feitas as correspondentes correções.

Vamos então votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da 2.ª Sessão Ordinária de 30 de abril de 2015.

----- O Senhor Deputado Municipal *José António Costa Ferreira* (PS) disse:

Com o novo CPA – Código de Procedimento Administrativo já em vigor, quem não esteve presente, não pode votar a ata. Não é permitido votar, quem não esteve presente na reunião em causa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Claro que a Mesa não pode controlar isso, se é uma atitude individual.

De resto, essa informação já foi veiculada.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Bom dia a todos.

Em relação ao expediente recebido de assuntos mais relevantes foi o seguinte:

- Da Câmara Municipal de Bragança, resolução sobre a Vespa das Galhas dos Castanheiros.

- Da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela, um convite para a celebração do 132º Aniversário da Associação;

- Do NERBA de Bragança, um convite para a Mostra Empresarial / Venda de Produtos Regionais -Programa da Expo Trás-os-Montes.

- Da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, um Parecer sobre o Plano Diretor Municipal de Mirandela, do art.º 78.º do RJIGT;

- Da ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Resolução do XXII Congresso da ANMP e Envio de Publicação;

- Da Assembleia Distrital de Bragança, Convocatória para a Primeira Sessão Ordinária / Ano 2015 – Mandato 2013/2017.

- Da Associação de Pais de Mirandela, um convite para a tomada de posse dos Órgãos Sociais da Associação;

- Do Sport Clube de Mirandela, um convite para estarmos presentes no 89º aniversário do Clube, no dia 10 de junho;

- Da Unidade Local de Saúde do Nordeste, o Senhor Doutor *António Marçôa*, confirma a visita à ULSN, da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que se vai realizar no próximo dia 19 de junho.

- Convocatória - Membros da Comissão Permanente da AM.

Expediente expedido:



- Convocatória para os Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal: Informações; Tempos de intervenção na Assembleia Municipal; Ausências inferiores a 30 dias - substituições e procedimentos; Iniciativas a realizar no âmbito da Assembleia Municipal; Agendamento de visitas a Instituições; Outros Assuntos.
 - Convocatória da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 05 de Junho de 2015, aos Membros da Assembleia Municipal de Mirandela.
 - Ofício a convocar o Senhor *Ricardo Daniel Alves Garcia*, para substituir o Deputado Municipal *Faustino Cunha*, na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 05 de Junho de 2015.
 - Ofício ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, da ULSN – Dr. *José Marçôa*, a agendar uma Visita dos Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal à Unidade de Saúde de Mirandela.
- Quanto a correspondência, é tudo. Lembro que o expediente está sempre à vossa disposição no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Vamos então ao segundo ponto, 1.º Período de Intervenção do Público.

Está algum Senhor Múncipe que queira usar da palavra? Não está.

Passamos adiante.

Antes da Ordem do Dia

3– Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Estão abertas as inscrições.

Há duas inscrições.

Antes de usar da palavra a Deputada *Alzira Ramos*, queria dizer aos Senhores Membros que a Secretária, Doutora *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*, não poderá estar presente, por motivos de saúde de um familiar. A Mesa entendeu não proceder à sua substituição.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Alzira Ramos (PS)* disse:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores e comunicação social.

Hoje, mais do que nunca, a palavra ética, está na ordem do dia e eu vou fazer uma pequena intervenção, exatamente nesse sentido.

A ética é o nome dado ao ramo da filosofia, dedicado aos assuntos morais.

A palavra ética deriva do grego e significa aquilo que pertence ao carácter.

No sentido menos filosófico e mais prático, podemos compreender um pouco melhor esse conceito, examinando certas condutas do nosso dia-a-dia, quando nos referimos, por exemplo, ao comportamento de alguns profissionais, tais como: médicos, jornalistas, advogados, empresários, políticos e até professores.

Para estes casos, é bastante comum ouvir-se a expressão, como: ética médica, ética jornalística, ética empresarial e ética pública.

A ética pode ser confundida com lei, embora com uma certa frequência a lei tenha como base, princípios éticos.

Porém, diferente da lei, nenhum indivíduo pode ser compelido pelo estado ou por outros indivíduos a cumprir as normas de ética, nem sofrer qualquer sanção, por desobediência a estas.

A lei pode ser omissa, quando as questões são abrangidas pela ética.

A ética abrange uma vasta área, pode ser aplicada à vertente profissional. Existem códigos de ética profissional, que indicam como o indivíduo se deve comportar, no âmbito da sua profissão.

A ética e a cidadania são dois dos conceitos que constituem a base de uma sociedade próspera.

A ética e a moral são temas relacionados, mas são diferentes, porque a moral fundamenta-se na obediência, nas normas, nos costumes, ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos e a ética busca fundamentar o modo de viver, pelo pensamento humano.

Na filosofia, a ética não se resume à moral, que geralmente é entendida como costume ou hábito, mas na busca da fundamentação teórica para encontrar um melhor modo de viver, a busca do melhor estilo de vida.



A ética abrange diversos campos, tais como a antropologia, a psicologia, a sociologia, a economia, a pedagogia, a política e até mesmo a educação física e a dietética.

O tema da ética nos serviços públicos está diretamente relacionada com a conduta dos funcionários que ocupam cargos públicos. Tais indivíduos, devem agir conforme um padrão ético, exibindo valores morais, como a boa-fé e os outros princípios necessários para uma vida saudável, no seio da sociedade.

Quando uma pessoa é eleita para um cargo público, a sociedade deposita nela confiança e espera que ela cumpra um padrão ético.

Assim, essa pessoa deve estar ao nível dessa confiança, exercer a sua função, seguindo determinados valores, princípios, ideias e regras.

De igual forma, os serviços públicos, deve assumir o compromisso de promover a igualdade social, de lutar para a criação de empregos, de desenvolver a cidadania e de robustecer a democracia. Para isso deve estar preparado para pôr em prática políticas que beneficiem o país e a comunidade a nível social, económico e político.

Um profissional que desempenha uma função pública, deve ser capaz de pensar de forma estratégica, inovar, cooperar, aprender e desaprender, quando necessário e elaborar formas mais eficazes de trabalho.

Infelizmente, nos casos de corrupção no âmbito do serviço público, são fruto de profissionais que não trabalham de forma legal, a ética.

Para Aristóteles, toda a racionalidade prática, visa um fim ou um bem e a ética tem como propósito estabelecer a finalidade suprema que está acima e justifica todas as outras e qual a maneira de alcançá-las.

Essa finalidade suprema é a felicidade. E não se trata dos prazeres de riqueza, honras, mas de uma vida virtuosa, sendo que a virtude se encontra entre os extremos e só é alcançada por alguém que demonstre prudência.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita*, (PSD) disse:**

Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

Antes de mais, peço a vossa compreensão para o facto de este assunto não estar devidamente enquadrado neste ponto, mas posso ter que me ausentar e poderia não estar já cá para vos comunicar o que tenho para dizer no ponto adequado. Por este facto, peço a vossa compreensão.

Realizam-se no próximo dia 28 de junho, as comemorações do 26.º Aniversário da elevação a “Vila” de Torre de Dona Chama, acompanhadas também da comemoração dos 728 anos da atribuição do Primeiro Foral, por D. Dinis.

Estas comemorações revestem-se, em meu entender, de um significado muito especial, por duas razões:

Primeiro, porque elas irão incluir uma homenagem a um escritor torriense de craveira nacional, o Professor *Ernesto Rodrigues*;

Em segundo lugar, porque nelas estão incluídas também, a inauguração de um serviço importantíssimo para o concelho, mas também, em especial para a nossa freguesia. Estou a falar-vos do “Medigame” e do Espaço do Cidadão.

Não poderia deixar de referir aqui, que isto só é possível, devido, em primeiro lugar à escolha e em segundo, ao esforço que a Câmara Municipal resolveu fazer na aposta destes serviços.

Aproveito para agradecer, em meu nome e em nome dos torrienses, ao Senhor Presidente da Câmara por ter feito esta escolha.

É um esforço notável, só quem está por dentro e acompanha a construção destas obras, é que sabe o esforço que a Câmara tem que fazer para realmente dar vida a estes serviços e devo realçar que esta aposta vai um pouco ao arrepio do que é a política nacional.

Nós só estamos habituados a ouvir dizer que encerra este serviço, encerra outro serviço e que não há gente nas nossas freguesias.

Acho que esta é a aposta correta. Vamos ter que abrir serviços para convidar, para apelar às pessoas para que se fixem ou que se mantenham nas nossas freguesias.

Estas comemorações só ficarão enriquecidas, se tiverem a presença de todos vós.

Irei fazê-lo formalmente na altura própria, mas como não temos outra oportunidade de falar, aproveito esta oportunidade para vos convidar a estarem todos presentes nesse dia na Torre, para assistirmos às comemorações e a essa inauguração.

A vossa presença só nos pode enriquecer. Por isso eu conto com todos vós no dia 28 de Junho para as celebrações do Aniversário da Vila de Torre de Dona Chama.

Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, (PSD) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente e Comunicação Social.

A minha intervenção vai no sentido de abordar algumas questões da educação, que têm estado na ordem do dia.

Primeiro, dizer que o Agrupamento de Escolas de Mirandela, num processo que já se iniciou há algum tempo, viu constituída recentemente a nova Comissão de Pais e Encarregados de Educação, com a tomada de posse, por parte da Senhora Presidente *Gabriela Lomba*.

Como membro e também pertencente à Comunidade Educativa, quer como encarregado de educação quer como docente, desejo a esta direção as melhores felicidades e que o seu contributo, as suas ações, o seu programa e plano de atividades, possam de certa forma, melhorar o processo educativo no concelho e no Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Em segundo, para referir que o Agrupamento de Escolas de Mirandela, de há seis anos a esta parte, tem tido sempre pelo menos um aluno premiado nas Olimpíadas da Matemática, da Física, da Química ou da Biologia.



O Senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade através dos meios da Câmara de divulgar junto da comunidade mirandense estes alunos, de mentes brilhantes que valorizam e enaltecem a comunidade educativa e enchem de orgulho os seus encarregados de educação. A conquista destes prémios é prova evidente de que no Agrupamento de Escolas de Mirandela, nele trabalham excelentes profissionais que com seu trabalho diário e ao serviço dos alunos, afirmam a qualidade da escola pública e que estes projetos são possíveis.

Este processo “Olimpíadas no Ensino” que tem premiado o Agrupamento de Escolas de Mirandela e os seus alunos, tem merecido alguns cuidados por parte da direção do Agrupamento e, tem merecido também atenção por parte da Câmara Municipal Mirandela, que com o seu apoio, permitirá ao aluno, *José Guilherme Bora de Matos*, recentemente premiado na Olimpíadas da Física e Biologia, estar presente na cerimónia de entrega de prémios, que terá lugar em Lisboa, porque irá ser acompanhado nesta deslocação pela senhora Vereadora *Deolinda Ricardo*, também convidada para este ato solene, pela Ordem dos Biólogos.

Este processo deve merecer uma avaliação, quer por parte do Agrupamento de Escolas de Mirandela, quer também por parte da Câmara Municipal de Mirandela. Tendo em conta o número de prémios de mérito conquistados, constata-se existir um potencial enorme no Agrupamento, como tal devem ser considerados novos programas de apoio, que contemplem melhorias nos seus planos de trabalho e estudo, como apoio pecuniário no acesso a estes e outros concursos nacional e internacionais, que nem sempre são fáceis serem sustentados quer pelas famílias, quer pelo Agrupamento.

Portanto, apelava ao Senhor Presidente da Câmara - sei que a Câmara Municipal, no Distrito de Bragança, é pioneira em muitos apoios ao associativismo do Concelho de Mirandela, que reveja os seus regulamentos, por forma a estabelecer uma bolsa, com apoio monetário ou de outra espécie. Relembro que estes alunos fazem uma primeira triagem a nível de escola, os alunos aprovados passam a uma segunda fase de testes, e só depois de conseguir o mérito local no Agrupamento, fase sem encargos para os encarregados de educação, é que ficam selecionados para ir às Olimpíadas Nacionais. E é nesta fase, na fase de candidatura às Olimpíadas Nacionais, que normalmente as despesas de deslocação são suportadas pelos encarregados de educação. É nesta fase, para que chamamos atenção, para a necessidade da existência de um programa de apoios, para alunos mais carenciados, sob pena em momentos futuros, algum dos alunos selecionado, por dificuldades de vária ordem, vêem-se impedidos de participar nestes concursos.

Esta minha intervenção, é no sentido de sinalizar junto da Assembleia Municipal, dos excelentes resultados obtidos pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Mirandela, que têm conseguido obter nas “Olimpíadas Nacionais” e noutros concursos. Estes sinais positivos dados pelos alunos e pelos professores do Agrupamento, terão que ser tomados em conta, pelo que os seus dirigentes e entidades locais, isto é dirigentes da comunidade educativa e dirigentes autárquicos, devem-se organizar no sentido de promover as parcerias necessárias de forma a potenciar com os seus meios que cada uma tem de melhores, para assim garantir as oportunidades e anseios destes jovens.

Esta relação entre instituições, de parceria e entajuda é uma desejável e necessária, conferindo ao municipalismo da educação e vice-versa, o melhor de ambos, onde a competências e características de cada entidade estão devidamente salvaguardadas e separadas.

Contudo, à data da realização desta Assembleia Municipal, está decorrer o debate sobre a municipalização da educação, com o governo a estabelecer contratos-piloto, com vários municípios.

Trata-se de um processo confuso, com muitas contradições e até pouco democrático.

Este programa de descentralização administrativa, sob a chancela do - Guião da Reforma do Estado, no âmbito do “Programa Aproximar Educação”, apontam caminhos para um novo processo de concessões de escolas às autarquias, a par de medidas como a criação de escolas independentes, a aplicação do cheque-ensino e do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, entre outras.

Sobre como está a ser conduzido este processo somos muito cétricos.

O último e recente protocolo estabelecido entre o município de Mirandela e o Estado, o resultado foi a renúncia de contrato por parte da Câmara Municipal de Mirandela, pelo simples facto que o Estado não ter cumprido com o contratualizado. Portanto, em matéria de educação, o Estado e esta autarquia a experiência foi negativa, pelo que solicitamos a senhor Presidente da Câmara se prenunciasse sobre este assunto, e sobre qual o posicionamento do município sobre esta matéria, tanto mais que, os municípios ganhariam competências no âmbito da gestão escolar e das práticas educativas, tais como, entre outras a capacidade de instauração de processos disciplinares a alunos, no âmbito da gestão curricular e pedagógica, como ao nível da gestão dos recursos humanos, como, o recrutamento, gestão, alocação formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente, assim como os municípios terem a possibilidade de obtenção de prémios pelo Estado, por terem obtido rácios de gestão, como terem despedido e funcionado com menos recursos humanos ou outros, etc.

Esta competência requer ainda muita informação para melhor esclarecimento, tantas são as dúvidas sobre este processo até à data pouco participado, quando os seus intervenientes ainda não foram ouvidos pela tutela e pelo que é sabido, pouco interessados neste tipo de municipalização.

Sou favorável à descentralização da administração educativa e pela transferência de competências quer para Conselhos Locais de Educação, quer diretamente para as escolas e contestamos este secretismo, o papel menoridade atribuído aos professores e às escolas neste processo, pelo que alertamos para exemplo de municipalização “frustrado” neste município e situações reais negativas existentes noutros países.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo, (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, comunicação social.

É com satisfação que eu digo, que me apetecia trazer uma tarja para os Senhores Deputados a dizer assim: “O desemprego cai para 13% em Abril, face a março, diz o INE – Instituto Nacional de Estatística”.

É evidente que ainda é muito desemprego, mas nós tínhamos em 2013 um desemprego de 17,5%, se se recordam.



A estimativa provisória da taxa de desemprego para Abril de 2015 situa-se em 13%, valor inferior a 0,2 percentuais à estimativa definitiva obtida para março, no ano de 2015, refere o INE.

Segundo o INE, a estimativa provisória da população desempregada para Abril, é de 677 mil pessoas, o que representa um decréscimo de 1,5 face ao valor definitivo obtido para março, menos 10,7 mil pessoas.

Já a estimativa provisória da população empregada, é de 4.486 mil pessoas, mais 0,5% do que no mês anterior, mais 22.100 pessoas.

Nestas estimativas, foi considerada a população dos 15 aos 74 anos e os valores foram previamente ajustados de sazonalidade.

Aqui está uma boa notícia, que Portugal está a mudar, com bastantes dificuldades, mas está a mudar. Está no bom caminho, está no caminho certo.

Parecia impossível dizer isto hoje, no dia 05 de junho de 2015, nesta Assembleia Municipal, mas não é ficção, é a realidade de que o nosso país está melhor.

Hoje, já vamos aos mercados com juros negativos e isso não se via há bastante tempo. Há quatro anos atrás íamos aos mercados, quase a 12% e hoje vamos a zero. Em relação a determinados contextos, Portugal e os portugueses vão ficar melhor nos próximos anos. É essa a minha ideia, é esse o meu pensamento político.

Portanto, também aqui apelava à ética para a política. Os números não enganam.

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira, (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados e demais presentes.

Não podia, dada a proximidade da data, deixar de vir aqui evocar a aproximação do 10 de junho, Dia de Portugal de Camões e das Comunidades.

E digo de Camões que tão bem descreveu a viagem de *Vasco da Gama* para a Índia e os grandes feitos de Portugal na altura e das descobertas.

Hoje não sei o que é que Camões teria para escrever. Talvez lhe faltasse a inspiração para descrever grandes feitos. Não sei se iria falar do desemprego, que aqui já foi falado e que os números são falaciosos, porque talvez as estatísticas não contem com as pessoas que já emigraram desde pelo menos 2010, 2011 a esta data.

Não sei de facto do que Camões teria de se orgulhar: se do encerramento de serviços públicos, se da pobreza, ou mesmo do desemprego.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas uma saudação de bons dias, agradecer os cumprimentos que já foram aqui mencionados e dar uma pequena informação.

Dizer que, é com muito orgulho, no seguimento do que disse o Professor *Paulo Pinto*, neste sábado, a Vereadora *Deolinda Ricardo* irá acompanhar um jovem de Mirandela a Lisboa receber um prémio da Ordem dos Biólogos.

Nós ainda não sabemos qual é o prémio, mas sabemos que está muito bem classificado.

Esse mesmo jovem estará brevemente na Índia a representar Portugal nas Olimpíadas da Física.

Como todos sabem, temos também jovens de Mirandela que ganharam as Olimpíadas da Matemática, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Eu penso que nestas alturas temos que apelar à autoestima e àquilo que nós mais apreciamos. As honras dadas a estes jovens de Mirandela são também dos seus pais, dos seus educadores e de todos os mirandelenses.

A Câmara Municipal tem apoiado dentro daquilo que é a sua possibilidade, principalmente em termos de transportes e acompanhamentos, porque a parte pedagógica naturalmente compete ao Agrupamento. Concordo plenamente que é necessário arranjar uma estratégia para este tipo de mérito, não só este tão ambicioso a nível nacional ou internacional, mas até a nível regional.

Concordo perfeitamente com esta estratégia. Fica aqui a minha saudação em específico a este jovem pelos excelentes resultados que tem obtido nos últimos tempos.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**



Antes de a mesa aceitar as inscrições para o Primeiro Período da Ordem do Dia, eu queria dar uma informação sobre esta rede do Wifi da Terra Quente.

Não seria preferível que o Senhor Presidente pudesse dar a informação, sobre o ponto de vista técnico, em vez de eu fazer esta leitura.

Quer fazer esse favor Senhor Presidente?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Neste momento já está ativo neste Auditório, aquilo que é a Rede Wifi da Terra Quente Transmontana. É uma rede aberta em que se podem inscrever todos. É a Rede Terra Quente, inscrevem-se primeiro nos 15 minutos e depois recebem um mail.

Esta rede irá permitir que acedam, não só neste Auditório, mas também noutros edifícios municipais da Câmara Municipal de Mirandela e também a todos os edifícios públicos das cinco Câmaras Municipais que fazem parte da Associação de Municípios. É gratuita e é um projeto importante para a nossa região.

Fica a sugestão de aderirem. Os que estiverem interessados em estar ligados à Rede Wifi, devem fazer essa adesão.

Se tiverem dificuldades, nós depois podemos dar melhores esclarecimentos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Então, para este Primeiro Ponto, inscrições para a Informação do Senhor Presidente.

Não há inscrições sobre este ponto e eu perguntava ao Senhor Presidente se quer porventura fazer qualquer esclarecimento adicional.

Também não.

DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento.

4.2 – Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 3.000.000,00 €.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor (quatro dos membros do PSD, 1 do membro do PS Dr. José Manuel Morais e 1 do membro do CDS/PP Dr. Carlos Freitas) e uma abstenção do membro do PS Eng.º João Casado, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a contratação do empréstimo de curto prazo no montante de/até 3.000.000,00 € (três milhões de euros), na modalidade de conta corrente à Caixa Geral de Depósitos, nos termos da minuta anexa;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, e n.º 5 do art.º 49 da Lei n.º 73/2013.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Façam o favor de se inscrever.

Não há inscrições.

O Senhor Presidente quer dar alguma informação sobre esta Contratação de Empréstimo?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Penso que já na anterior Assembleia tinha abordado esta questão, ao de leve.

Isto é um empréstimo a Curto Prazo, que tem de ser cumprido até ao final do ano. É um empréstimo de tesouraria. Nós necessitamos de tesouraria, porque os Fundos Comunitários terminam a 30 de junho e a 31 de julho termina a execução das candidaturas em Overbooking.

Julgo que também foi enviada a listagem dos projetos que vão ser apoiados por esta intervenção. É uma operação basicamente de tesouraria.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia.

Sobre este ponto, eu quero dizer que o Executivo agiu com uma determinada sabedoria e até uma determinada coragem. É bom que seja referido este ponto porque o ir-se contrair um empréstimo à volta de 3.000.000,00 euros para cobrir problemas de tesouraria, que não são provocados pela Câmara Municipal mas sim, pela ON2. Isto tem que ser dito porque só quem anda metido nestes projetos da ON2, em que anteriormente eram de grau e exigência “oito”, agora passou a grau de exigência “oitenta”.

Se eles pagassem como deve ser os autos que recebem, nada disto seria necessário. Mas não. Há uns intelectuais na ON2 que tudo sabem e vão atrasando vão atrasando e não querem saber que a entidade que tem que pagar tem dinheiro ou não tem dinheiro.

Há grandes problemas e agora tem que estar tudo pago até 30 de junho. Eles têm lá muitos autos para pagar. Se os pagassem não era necessário isto, mas nós nunca sabemos o que pode acontecer.



E então, louvo o Executivo pela atitude que tomou, porque pagando até 30 de junho, mesmo não recebendo do ON2 até essa data, tem garantido o retorno dos autos que meteu. Se não pagasse, iria perder todo aquele valor dos autos.

É preciso esclarecer bem isto aos Senhores Deputados:

A culpa é de determinadas pessoas que estão à frente dos serviços da ON2.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos votar.

Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 36 votos a favor (27 dos membros do PSD e 9 dos membros do CDS/PP) e 4 abstenções (membros do PS), aprovar a Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 3.000.000,00 €.

4.3 – Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor (quatro dos membros do PSD, 1 do membro do PS Dr. José Manuel Morais e 1 do membro do CDS/PP Dr. Carlos Freitas) e uma abstenção do membro do PS Eng.º João Casado, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o modelo estrutural hierarquizado, com a seguinte unidade orgânica nuclear, correspondendo a uma departamentalização fixa: Departamento de Coordenação Geral (DCG);
- 2 – Aprovar o número máximo de quatro unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 2.º grau, de dez unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau e de seis subunidades orgânicas;
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores.

A questão aqui é a seguinte:

Teria sido correto que esta Proposta viesse acompanhada de um Organigrama com a nova estrutura para sabermos concretamente como se vão relacionar estas Unidades Orgânicas Flexíveis de Direção Intermédia de 2.º Grau, com as de 3.º Grau e depois com o respetivo Departamento de Coordenação Geral.

Naturalmente que isto já foi aprovado no mandato anterior. Não sei se sofreu algumas alterações relativamente a isso, mas estar a votar algo que não está devidamente documentado, acho que não faz grande sentido.

Portanto, o que eu solicitava à Mesa era da disponibilidade de um Organigrama onde esta estrutura que é aqui evidenciada e proposta, pudesse servir de apoio para uma decisão de voto.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas um esclarecimento:

Este procedimento é de acordo com a nova legislação e já aconteceu no passado, se bem se lembram, em relação à definição da primeira estrutura hierárquica.

Primeiro define-se esta estrutura hierarquizada que aqui apresentamos hoje e que sofreu alterações, fruto de algumas alterações internas que existiram na Câmara, nomeadamente a extinção de Unidades Orgânicas e antigas e Divisões que entretanto se foram extinguindo.

Depois temos que aprovar a estrutura, apresentamos o Regulamento Interno hierarquizado com o Organigrama e com a definição de funções.

Este é o primeiro ponto e provavelmente em setembro virá então o Regulamento com toda a descrição das competências. É feito assim o procedimento.

No fundo, estamos a definir a hierarquização tal como diz no Ponto A e posteriormente apresentaremos o Regulamento com as competências de cada uma das Unidades Orgânicas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos em condições de votar esta Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 27 votos a favor dos membros do PSD, e 10 abstenções (6 dos membros do CDS/PP e 4 dos membros do PS), aprovar a Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais.

4.4 – Prestação de Contas Consolidada – 2014 – Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitan Ligeiro de Mirandela S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas*) e duas abstenções dos membros do PS Dr. *José Manuel Morais* e Eng.º *João Casado*:

1 – Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2014 – Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitan Ligeiro de Mirandela S.A., nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Mapa de Endividamento e o Mapa de Caixa Consolidados, referentes ao ano de 2014;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Estão abertas as inscrições.

A palavra ao Senhor Arquiteto *Nuno Sousa*.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto, da Prestação de Contas Consolidadas da Agro-Industrial do Nordeste e do Metropolitan, eu queria-me cingir à questão do Metropolitan.

Considerando a estratégia que está prevista de transferir a gestão do Metropolitan para a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, conforme a implementação do Plano de Mobilidade, eu pretendia saber se o Metropolitan vai continuar a funcionar entre Mirandela / Carvalhais / Cachão, ou vai extinguir-se. E se com essa transferência do Metropolitan de Mirandela S.A., para essa Agência, se a Agência também vai assumir o passivo que a Metro tem atualmente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Não há mais inscrições

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em específico, sobre a questão que colocou o Arquiteto *Nuno Sousa*, existe um Memorando de Entendimento que foi assinado pelo Metropolitan Ligeiro de Superfície, pela Refer e por um conjunto de entidades, que determina que a partir do momento em que a barragem estiver concluída, passará a operação para a Agência ou para uma entidade.

Neste momento está a ser feito um projeto de concessão da linha, nos termos daquele que está previsto no Plano de Mobilidade, o que significa, que poderá o Metro ser extinto ou poderá o Metro passar diretamente para operador dessa concessão.

Isto ainda não está definido, porque tem a ver com questões legais do ponto de vista do licenciamento da atividade, do que propriamente com a atividade.

O que está previsto, é que quando a concessão estiver terminada e quando a mobilidade estiver terminada, que o Metro passe para a operação da Agência ou do operador.

Em relação ao passivo, só existe um passivo. Se forem ver o balanço do ano passado é o mesmo passivo, acrescido do valor de juros. É o valor correspondente às locomotivas, quando o Metro foi constituído, que depois foi crescendo conforme os juros. Na altura estava previsto vender os terrenos da Estação e a CP, com esse valor dos terrenos da Estação, faria a amortização das locomotivas.

Considerando que até este momento não houve a alienação dos terrenos da Estação, aquilo que está previsto e acordado entre os dois acionistas é que o material circulante existente regressa à CP e a CP fará uma anulação dos juros.

Isto é: neste momento, a CP paga a operação entre Mirandela e Cachão e paga também a operação entre Tua e Mirandela do ponto de vista rodoviário. Se esta situação acontecer até ao final do ano, esse passivo será alienado em função da entrega do material circulante existente.

É de interesse das duas entidades que a empresa fique extinta, ou neste caso, transferida sem esse passivo.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:**

O que eu deduzo pela informação prestada pelo Senhor Presidente é que com a eventual extinção ou passagem da empresa Metro para outra entidade, o passivo será assumido pelas entidades atuais que compõem a Metro: Refer, CP e Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**



Não.

O acordo de extinção, se for transferência terá que ser através de acordo de libertação de passivo. Se for acordo de extinção, - ainda não temos essa definição, só a teremos no final do concurso - o que está acordado é que a CP fará o regresso do material circulante para a CP e com o material circulante nós eliminamos o passivo. É isso que está previsto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 27 votos a favor dos membros do PSD e 12 abstenções (6 dos membros do CDS/PP e 6 dos membros do PS), aprovar a Prestação de Contas Consolidada - 2014 - Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Mapa de Endividamento e o Mapa de Caixa Consolidados, referentes ao ano de 2014.

4.5 - Proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS Dr. José Manuel Morais e um do membro do CDS/PP Dr. Carlos Freitas) e um voto contra do membro do PS Eng.º João Casado, nos termos propostos:

- 1 - Aprovar a versão final da Proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mirandela;**
- 2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**
- 3 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições.

Não há inscrições.

O Senhor Presidente não quer dar mais nenhum acréscimo de informação?

Então vamos votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 27 votos a favor dos membros do PSD, e 12 abstenções (6 dos membros do CDS/PP e 6 dos membros da PS), aprovar a versão final da Proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mirandela.

4.6 - Proposta de Aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 - Aprovar o Plano Diretor Municipal de Mirandela revisto;**
- 2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.6, Proposta de Aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela. Um ponto muito importante.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Criar as condições urbanísticas, sociais e económicas, ambientais e culturais, para vivermos nas cidades, constitui hoje, para qualquer autarquia, um grande desafio.

Em dezembro de 1993, fez-se a primeira elaboração do PDM, mal ou bem, para a cidade de Mirandela.

Em Outubro de 1997, realizou-se a primeira retificação e assim sucessivamente, até aos dias de hoje.



Impõe-se assim, hoje, um modelo, no qual os novos conceitos de gestão de cidades, principalmente das modernas práticas de os aplicar, incluem de forma crescente como o problema central, a melhoria das condições de vida da população.

Resumo: “Qualidade de Vida”:

Falo da habitação, dos transportes, do comércio, do social, do turismo, do lazer, bem como de todas as infraestruturas: dos equipamentos do ensino, do património edificado, tangível, intangível, natural, histórico, arqueológico, arquitetónico, em geral.

Para isso, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, há que definir um quadro de objetivos estratégico, de desenvolvimento, que torne a cidade de Mirandela mais competitiva e mais organizada.

Falo do novo PDM – Plano Diretor Municipal, que vamos aprovar e que terá *à posteriori*, que a Câmara Municipal mande (em minha opinião), elaborar um PGU e vários PP’s, para que o ciclo fique completo.

Agora, tendo em conta o ofício enviado pela CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, do artigo 78.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a esta proposta do novo PDM, foi emitido o parecer final, da Comissão de Acompanhamento, da reunião de 11 de dezembro de 2014, que foi objeto de discussão pública das diversas alterações decorrentes da discussão pública, quer das entidades que levantaram objeções ou formularam sugestões.

As correções/alterações introduzidas, apenas incidiram nos elementos constituintes do Plano.

No Relatório de Ponderação da discussão pública, a Câmara Municipal analisou detalhadamente e devidamente, os pareceres emitidos, tendo ponderado várias questões que foram devidamente identificadas, para a melhoria do plano.

Relativamente às correções/alterações que resultaram da discussão pública, verifica-se que no relatório de ponderação, houve 22 participações registadas, das quais tiveram decisão favorável, 10, tiveram parcialmente favorável, 2 e desfavorável, 10 participações.

Como não houve qualquer alteração nas servidões e restrições de utilidade pública, com algumas situações pontuais que afetam a delimitação da RAN, aceites pela DRAP-N – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, julga-se terem sido cumpridas as disposições legais relativas a esta matéria.

Tendo em conta a Proposta Final do Regulamento e tendo em conta também o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, devem ser utilizados os conceitos básicos definidos de legislação aplicável e, na ausência destes, os conceitos técnicos constantes de documentos oficiais de natureza normativa produzidos pelas entidades nacionais legalmente competentes.

E uma vez que o conceito da área edificada consolidada introduzido com a alínea a) do artigo 6.º, se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, pela redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, do regulamento do PDM, adotou a redação contida neste diploma, sem prejuízo de no PDM se identificar quais as categorias do solo rural que se integram neste conceito.

Já no n.º 5 do artigo 36.º e n.º 7 do artigo 39.º respetivamente, os chamados Aglomerados Rurais e os Espaços Rurais de Ocupação Dispersa, ambos classificados no Solo Rural, não pode o regulamento do PDM, estabelecer que se lhes aplicam regras de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Apenas, como os Senhores Deputados devem saber, só são aplicáveis no Solo Urbano.

No n.º 1 do artigo 110.º deve ser retirada a referência “sem prejuízo dos valores estabelecidos no regulamento municipal de urbanização e edificação” já que os PMOT’s – Planos Municipais de Ordenamento do Território, que têm uma fileira de PDM, Plano Geral de Urbanização e Planos de Pormenor.

Nós só estamos aqui para aprovar o PDM – Plano Diretor Municipal, que compete a definição dos parâmetros de dimensionamento.

Por último, em relação às cedências para o domínio público, no caso de edificação de novas construções, apenas se aplica no caso de impacte relevante ou uma operação de loteamento.

Poderá assim, a Câmara Municipal, tendo em conta a ponderação que fez das diversas situações já apontadas e que eu aqui referenciei e que fez também a devida correção, prosseguir com o que prevê o chamado RJIGT – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente a aprovação em Assembleia Municipal deste mesmo PDM.

Neste contexto, qualquer Câmara Municipal deverá ter em conta estes condicionalismos técnicos operativos, para uma nova política de gestão urbanística do espaço e dar continuidade à nova cidade, com novos mecanismos de estruturação, com os seus equipamentos e serviços espalhados pela mancha urbana, baseada em critérios de sustentabilidade para então se poder fazer uma unificação / compactação, de todo o tecido urbano, digamos assim, a cidade que todos nós queremos.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos, Senhor Presidente da Câmara, Vereação e ilustres colegas da bancada.

A minha intervenção estava a pensar fazê-la só à tarde, mas hoje o Sr. Garrido e o Sr. Fraga, “roubaram-nos” aqui um bocadinho de tempo de preparação deste ponto, pela ausência deles.

A grande questão que eu queria colocar era a seguinte:

Neste processo do PDM, a Junta de Freguesia de Cedães vai votar a favor.

Vota a favor do PDM, mas achava que neste processo as freguesias deveriam ter sido ouvidas noutra tempo e tivemos a possibilidade de o fazer apenas pela discussão pública.

E na discussão pública que foi feita, nós apresentámos um conjunto de propostas que acabámos por rever cerca de 80% da nova proposta do PDM.

Mas não queria deixar passar esta oportunidade de fazer uma ressalva à Câmara Municipal e nomeadamente ao Senhor Presidente, numa situação que é muito importante:



Vila Verdinho deve merecer definitivamente por parte da Câmara Municipal uma certa atenção.

Quando nós consideramos conjuntos importantes, como Vale de Telhas, Abreiro e Romeu, sem desprimor para estas três aldeias, não podemos deixar Vila Verdinho fora disto.

Vila Verdinho tem uma importância histórica e estratégica para o desenvolvimento de Mirandela, como uma fileira de turismo muito importante;

Tem uma importância acrescida pelo facto de estar inserida na Rede Natura 2000, com uma grande atração para os sobreiros, para a fauna e para a flora e nós não podemos continuar a deixar passar isto ao lado.

A importância de classificar esta localidade, é uma importância política, não tem nada a ver com questões técnicas, porque pelos pareceres técnicos a que nós tivemos acesso, os técnicos eram a favor que esta localidade fosse assim classificada, à semelhança de mais cinco no concelho de Mirandela.

Portanto, eu pedia ao Senhor Presidente- sei que o PDM não é um documento fechado, é um documento aberto - que esta aldeia pudesse merecer da parte do Município, a importância estratégica que ela tem, classificá-la como um conjunto de interesse público para o Município e para o concelho de Mirandela.

Eu votarei a favor deste PDM, mas tenho a expectativa e a esperança que o Senhor Presidente da Câmara, possa numa próxima revisão - porque o documento não é fechado - fazer o enquadramento histórico desta localidade e dar-lhe a importância que ela tem ao longo dos últimos dois séculos para o nosso concelho.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

O Senhor Presidente quer usar da palavra sobre esta matéria do Plano Diretor Municipal?

Faça favor.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de fazer um enquadramento e nesse enquadramento tentarei responder ao aspeto referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cedães.

Eu recordo o tempo que este processo tem em termos de revisão. Este processo foi iniciado praticamente no dia seguinte à aprovação do anterior PDM.

Isto é: em 1994, no dia em que foi aprovado o PDM. Eu falo com a autoridade de fazer parte dessa Assembleia Municipal e ter aprovado esse documento. Aprovámos um documento, naturalmente sob pressão, mas sob sugestão da Câmara Municipal que foi fundamental para conseguirmos realizar em Mirandela um conjunto de investimentos, como por exemplo a chamada "Ponte Açude". Esta ponte não teria sido construída se não existisse PDM, entre outras situações.

Foi um documento que todos os que estávamos nesta sala sabíamos e reconhecíamos que era um documento que não correspondia às aspirações de Mirandela.

Por outro lado, com esses defeitos é preciso entender o que é um PDM. O PDM é um documento regulador que permite intervenções no território, é um documento fundamental para a gestão do espaço territorial do concelho.

Isso significa que a partir - não de 1994 - mas pouco tempo depois, começou um processo de revisão ainda sob um enquadramento legal extremamente complicado que levou a muitos momentos de alteração.

A maior dificuldade que tivemos foi a ligada à cartografia. Este processo foi iniciado com a cartografia 1:10 000 e ainda hoje não existe cartografia 1:10 000 do concelho todo. Estamos a 1:25 000, que é a apresentada hoje ao nível do PDM propriamente dito digital, que já é diferente e obrigou a um conjunto de avaliações.

O momento de audição das Juntas de Freguesia, não é neste momento. Quando existiu essa audição no verão de 2013 foi feita a última reunião da Comissão de Acompanhamento da REN e nessa altura foram aprovados os perímetros e um conjunto de documentos.

Isto é: a partir de 2013 só já trabalhámos em gabinete para fechar o processo, havendo apenas este momento de discussão pública.

Mas uma das vantagens que traz este novo documento, é exatamente a sua flexibilidade. Não é preciso aguardar 10 anos para ser alterado e traz já também associado outro pormenor, que é o facto de até 2017 termos que alterar o PDM em função da nova legislação, por exemplo a nova Lei dos Solos e o novo Regulamento entre outras (julgo que não haverá no histórico de nenhum governo, alguém que tenha desenvolvido tanta legislação do ponto de vista de ordenamento, como este governo).

Não o digo por favor, os documentos estão aí, a lei foi recentemente aprovada, os documentos estão em funcionamento e a verdade é que esse facto vai-nos obrigar desde já a adaptar este PDM.

Tínhamos até ao final do mês para conseguir aprovar esta versão de acordo com o enquadramento legal em que ela foi feita, senão já tínhamos que entrar no novo processo e só em 2017 é que teríamos possibilidade de aprovar de acordo com a nova legislação, nomeadamente a REN e a Lei dos Solos.

No que respeita a Vila Verdinho, eu tenho que dizer o seguinte:

Estes processos e principalmente os processos de classificação têm que ser trabalhados de uma forma diferente.

Nós tivemos o exemplo da aprovação de uma delimitação para áreas de reabilitação urbana, dentro do enquadramento legal e as classificações têm de ser trabalhadas da mesma maneira.

Não houve qualquer interferência política neste momento. Todas as interferências que houve são interferências técnicas e o problema de Vila Verdinho tem a ver, na explicação que foi dada pelos técnicos, com questões de propriedade. Sabe que o Quadraçal e grande parte daquela área tem uma propriedade que até tem tido alguns conflitos e nós temos que trabalhar primeiro essa parte.



O processo de classificação em si, também não está só ligado ao PDM. É um processo que pode ser desenvolvido fora do PDM e posteriormente aduzido ao PDM. Concordo plenamente, só não concordo que seja Vila Verdinho. Acho que todo o conjunto Rede Natura que ali temos, não só na perspectiva ambiental do ponto de vista de flora e fauna, mas também do ponto de vista histórico e até do ponto de vista histórico político, tendo em conta que são aldeias melhoradas e que tiveram um enquadramento social muito interessante merecem a nossa atenção e julgo que até merecem um tratamento mais aproximado no qual estou totalmente disponível para começarmos a trabalhar numa perspectiva de desenvolvimento integrado e numa perspectiva de criação de um elemento conjunto de atratividade e de retenção.

Assim, penso que as suas aspirações não ficam de alguma maneira condicionadas, antes pelo contrário.

Tal como acontece em relação àquilo que disse o Arquiteto *Figueiredo*, o PU é uma fase seguinte. As unidades de operação que estão identificadas teremos de trabalhar nelas também.

Este momento para mim, é um momento de enorme alegria porque depois de muitos anos com enormes dificuldades do ponto de vista da constituição de grupos, dificuldades do ponto de vista da aprovação, dificuldades do ponto de vista da cartografia, dificuldades do ponto de vista de conseguir juntar as entidades todas, porque só fazer uma reunião com a Comissão de Acompanhamento que são trinta e tal pessoas e das quais 50% nunca aparecem às reuniões. Para conseguir que algumas apareçam é preciso telefonar muitas vezes. Por isso digo e repito, é um momento de enorme alegria.

Tenho que deixar muito bem registado nesta Sessão da Assembleia Municipal que Câmara Municipal tem uma equipa municipal de enorme qualidade e que fez um trabalho excepcional sobretudo na fase final deste PDM.

Desde a Doutora Maria Gouveia ter corrido o concelho todo com o responsável da RAN para que ao mesmo tempo que era aprovada a RAN anterior, fosse aprovada a nova RAN. Isto implicou a nossa presença constante e só se consegue efetivamente fazer isto, andando todos os dias com as pessoas que estavam afetadas. E o Engenheiro *Beleza* na coordenação direta deste processo. Eu falo destas duas pessoas, porque elas em si coordenaram o processo em tempos, mas houve muita mais gente a contribuir, ao nível patrimonial, ao nível arquitetónico.

Houve um conjunto de pessoas, mas realmente a equipa municipal que esteve nesta última fase fez um trabalho que gostava muito que ficasse aqui enaltecido, principalmente por ser um trabalho de recursos internos.

O PDM que hoje aprovamos, apesar de ser um projeto que teve uma componente de uma empresa externa que nos apoiou, é um PDM que tem a ver com o “know how” interno da Câmara Municipal e penso que isso é algo que é uma vitória para este projeto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos agora em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o Plano Diretor Municipal de Mirandela revisto.

4.7 – Proposta de Procedimentos de Substituições – Ausências inferiores a 30 dias – Artigo n.º 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.7, Proposta de Procedimentos de Substituições – Ausências inferiores a 30 dias – Artigo n.º 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Antes de abrir inscrições, pedir ao Senhor Deputado *José António Costa Ferreira* que em nome da Comissão Permanente, uma vez que tratámos disso, pudesse dar aqui algum esclarecimento, alguma introdução, a esta Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira, (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme documento que foi distribuído, tratámos desta matéria na Comissão Permanente da Assembleia Municipal do passado dia 15 de maio.

Devo registar que esta proposta foi aprovada por unanimidade.

De facto, considerando que artigo 78.º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, consagra que “os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias”, não expressando, porém, a forma e o tempo da operacionalização dessa substituição.

Por outro lado, o artigo 79.º da citada lei, estabelece que “as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista”, também aqui não estabelecendo a quem cabe a operacionalização do respetivo procedimento.

Por sua vez, o Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela em vigor, também não vai além do alcance daquilo que está previsto na respetiva legislação autárquica.

De facto, foi necessário encontrar um mecanismo ágil para lidar com os procedimentos e as substituições destas ausências inferiores a 30 dias, porque tem sido prática desde sempre, serem os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente as funcionárias adstritas aos serviços da Assembleia Municipal, e não os respetivos partidos, a diligenciar as substituições dos membros ausentes às reuniões, o que por vezes se tem revelado uma tarefa pesada e de difícil operacionalidade, pois convém referir que muitas vezes a comunicação de falta chega aos serviços muito perto da realização da respetiva Assembleia, e que os contactos para o membro



substituto seguinte, ou em muitos casos seguintes a este, respeitando a ordem da lista conforme a legislação acima citada, nem sempre se apresenta de fácil gestão, colocando um ónus pesado as referidas funcionárias.

Assim, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela propõe para aprovação que o modo e procedimento a adotar futuramente para as substituições pontuais dos membros da Assembleia Municipal deverá obedecer às seguintes regras:

- 1) A comunicação de falta com o respetivo pedido de substituição de um membro deverá dar entrada nos serviços, por escrito ou por correio eletrónico, até 5 (cinco) dias da data da respectiva sessão da Assembleia Municipal;
- 2) O prazo estabelecido tem com referência as balizas estipuladas na Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o mínimo de 8 (oito) dias para o envio da convocatória (artigo 27.º) e o mínimo de 2 (dois) dias úteis para o envio da Ordem do Dia, sobre a data da sessão da Assembleia Municipal (artigo 53.º);
- 3) Qualquer pedido de substituição solicitado, pelo membro ausente, fora daquele prazo estabelecido acima descrito, não será nem considerado para efeitos de substituição pelo membro seguinte na ordem da respetiva lista;
- 4) Em caso de substituição de um membro ausente, não se seguirá para um seguinte membro, sem que o membro com o direito legal a essa substituição, não transmitir a sua presença ou ausência, não se avançando na lista para o efeito até à obtenção do contacto e à respetiva resposta de quem cabe legalmente esse direito;
- 5) Em caso de falta imprevista, uma ou outra de um membro, sem possibilidade de substituição por um outro, o pedido de justificação de falta pelo membro ausente, é feito até à data da Assembleia ou até ao prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da respetiva sessão da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 29.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Estas regras de substituição, contidas nesta proposta, sendo aprovadas pelo plenário da Assembleia Municipal de hoje, entrarão em vigor já para a próxima sessão da Assembleia Municipal de Mirandela, a ter lugar em setembro próximo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Está dado conhecimento.

Estão abertas as inscrições.

Inscreveram-se os Deputados abaixo indicados:

Senhor Deputado *Nuno Sousa* faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não tenho nada a acrescentar, naturalmente que foi aprovado por unanimidade na Comissão Permanente.

Eu queria, aproveitando este assunto dos 30 dias ou do período de ausência inferior a 30 dias, era de alguma forma apelar a uma reflexão. E nós, os líderes de bancada, já tivemos esta conversa porque de facto tem havido um uso abusivo por parte de alguns, relativamente a estas ausências inferiores a 30 dias que são sucessivas.

Se não têm intenções de aparecer aqui e de dar o seu contributo aqui nesta Assembleia, mais vale fazerem uma suspensão ou então uma renúncia.

É verdade que a legislação permite essa ausência inferior a 30 dias e é certo que também as sessões plenárias são de dois em dois meses ou de três em três meses, quer dizer, acaba por ser um bocado contraditória essa ausência.

Se há de facto uma vontade por parte desses membros de não estar presentes nestes Plenários por motivos vários, façam uma suspensão ou uma renúncia.

Agora acho que é pouco dignificante o comportamento que tem vindo a acontecer, que já aconteceu no mandato anterior e que tem vindo a acontecer neste mandato.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para acrescentar um ponto.

Isto é relativo aos eleitos, porque os Senhores Presidentes de Junta continuam a seguir o mesmo sistema. Indicam entre vocês se é o Presidente, se é o Secretário, se é o Tesoureiro. Têm que comunicar aos serviços, quem vem representar a Junta de Freguesia.

Isto é só para os eleitos, as Juntas continuam a fazer do mesmo sistema que faziam.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta, são sempre bem-vindos os apelos à reflexão, porque da reflexão, da serenidade e da tranquilidade saem sempre decisões ou opções conscientes e serenas que podem servir de exemplo e são de algum modo motivação. Mas, regras são regras.

O caso que o Deputado *José António* apresentou em nome da Comissão Permanente, foi debatido na Comissão Permanente e foi previamente aprovado na Comissão Permanente. É mais um passo em frente, é mais uma tentativa de melhorarmos e andarmos para a frente com todos estes critérios e regras regimentais.

Vamos então votá-lo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta de Procedimentos de Substituições – Ausências inferiores a 30 dias – Artigo n.º 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Passamos ao Ponto 5, que fala dos Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Estão abertas as inscrições.

-----**O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro disse:**

Estão inscritos para intervir, os Senhores Deputados: *Isabel Barreira; José António Costa Ferreira; Paulo Pinto e Fernanda Ferreira.*

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Antes de dar a palavra ao primeiro inscrito, queria informar esta Assembleia que acabo de ver entrar no nosso Auditório, uma personalidade que nos tem visitado muito ultimamente, o Senhor Professor *Cândido de Oliveira*, Professor Catedrático na Faculdade de Direito e que tem sido uma figura permanente e muito colaboradora com esta Assembleia e com o próprio Executivo desde 2012. Tem colaborado connosco na organização de todos os debates e colóquios que temos feito sobre o Poder Local.

Seja bem-vindo, espero que aprecie o andamento e o bom funcionamento desta Assembleia que hoje está extraordinariamente célere e com pouca intervenção.

-----**A Senhora Deputada Municipal, Isabel Barreira (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara.

O assunto que aqui me traz – creio que já foi levantada esta questão numa anterior Assembleia Municipal, durante o mandato do Dr. *Silvano* – prende-se com a questão do trânsito, no cruzamento do Hospital.

O que eu pretendia saber é se está prevista alguma alteração naquela zona, porque o que se passa é o seguinte:

Quem vem do Hospital da zona de Entre Vinhas e pretende virar para Valpaços, depara-se com uma situação um pouco estranha.

Quem quer virar para Valpaços tem que se chegar à frente para ter visibilidade. Acontece que, quem vem da direita e pretende virar à esquerda, engarrafa ali o trânsito e quem está para virar para Valpaços tem que fazer marcha atrás porque não cabem dois carros naquela zona.

O que eu queria saber e pretendia ser esclarecida, era se há alguma intervenção prevista para aquela zona, nomeadamente a colocação de semáforos ou de uma rotunda ou aquilo que Vossas Excelências entenderem que é melhor, que são mais entendidos no assunto do que eu.

-----**O Senhor Deputado Municipal, Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, renovo os cumprimentos endereçados há pouco.

É para tocar num assunto que não é fácil, sob pena de sermos mal entendidos, como temos um Governo que nós apoiamos politicamente e a tomar um conjunto de estratégias, que no ver de muitas pessoas, que têm responsabilidades na Comunidade Educativa, não veem com os melhores olhos.

Estou a falar da municipalização da educação do ensino.

Temos vindo a assistir desde 2007 com a revisão constitucional de 1997 a uma descentralização de competências por parte do Estado para os Municípios.

Isso começou quando foi observado que Portugal, de acordo com os dados do Eurostat e da OCDE, o peso da Administração Local no total da Administração Pública em 2011, era em média 10 pontos percentuais inferior à média europeia.

A partir daqui começou-se a assistir através do programa PRACE e agora através deste último Guião da Reforma do Estado a delegação de competências por parte do Governo aos municípios.

O histórico acumulado no Município de Mirandela nesta relação do Estado com este Município, não tem sido a melhor.

Recordo que recentemente esta Assembleia aprovou um protocolo de competências com o Ministério da Educação, que mais tarde viria o Município a denunciá-lo.

Esta delegação de competências por parte do Estado aos municípios nos atuais termos, não me parece que venha, de forma significativa, a contribuir para a melhoria da educação.

Tanto mais que, o Decreto n.º 30 de 2015 de 12 de Fevereiro, é taxativo na sua parte final, em que, após esta transferência de competências da Administração Central para os Municípios e entidades intermunicipais, com o respetivo envelope financeiro, mas sem aumento da despesa pública no domínio da educação.



Portanto nós sabemos que já há muito tempo que o Ministério da Educação, se calhar o melhor aluno, tem contribuído de forma significativa para a diminuição da despesa pública, quando uma delegação de competências que se queria ver alargada e diferenciada, porque estamos a falar de um município do interior, onde nas estatística da Comunidade Europeia somos das regiões se não a mais pobre, vemos que a delegação de competências, não perspectivando este princípio, o não aumento da despesa pública quando feitas estas delegações de competências.

Isto deve-nos preocupar especialmente a nós que temos responsabilidades políticas, que fomos eleitos num município que gasta um milhão e duzentos mil euros em transportes, que já teve cerca de 42 tarefas a trabalhar alocadas ao ensino no concelho de Mirandela, que gasta 550 mil euros em refeições com os nossos alunos.

Que todos os dias assistem outras colegas e outros colegas que aqui estão, a solicitação por parte do Agrupamento, junto da Câmara Municipal na partilha de meios para a resolução de problemas.

Sabemos que as instalações do Agrupamento de Escolas de Mirandela estão obsoletas, todas as semanas rebentam canos, todas as semanas o Agrupamento solicita meios técnicos e humanos para a resolução de problemas. Não queremos, de maneira nenhuma, com esta atribuição de competências, por ventura todo este esforço que a Câmara Municipal faz também através de um conjunto de atividades, como acontece agora na semana do desporto e da juventude, junto dos alunos e dos professores na valorização dos seus planos de atividades, ficar manchada com uma delegação de competências cega, inapropriada e por ventura menos séria.

Para terminar e para justificar aquilo que eu digo na parte final, um Decreto-Lei que prevê prémios pecuniários e de incentivos para Câmaras Municipais que venham a funcionar com um número inferior de docentes e funcionários, em relação ao necessário, obtendo 50% do produto nas suas poupanças geradas com a otimização dos recursos virem a ser premiadas.

Nós, que temos vindo a exaltar (julgo que é unânime por parte de todas as bancadas) o esforço que as Câmaras Municipais fazem junto dos Agrupamentos de Escolas em muitas das circunstâncias a substituírem-se ao Ministério da Educação, às competências do Ministério da Educação, porventura verem o seu trabalho e o seu esforço manchado por Decretos-leis não negociados, não trabalhados, não debatidos, no interesse das gerações de estudantes que hoje têm na educação não um custo, mas sim um investimento.

-----**A Senhora Deputada Municipal, *Fernanda Ferreira* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Público presente, muito bom dia a todos.

Primeiro, queria começar por dizer que estou solidária com as preocupações do Deputado Paulo Pinto, como professora e como mãe.

Segundo:

Do que já se falou, Mirandela continua além-fronteiras, através dos nossos alunos, dos nossos jovens, que continuam a mostrar o nome de Mirandela pelas melhores razões e é um mérito, acho que já o referi aqui outra vez, mesmo com más condições da escola, continuamos a ter alunos que lá fora quando vão para a Universidade, continuam a dar orgulho a qualquer professor daqui porque eles continuam a ter um bom desempenho e se calhar até conseguem dar muito mais do que aqui, porque têm outras condições.

Ontem fez dois anos que aqui neste mesmo espaço - perdoem-me mas eu vou ter que referir isso- que foi realizada a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Mirandela.

Dois anos depois, eu quero dizer aqui nesta Assembleia que continuo a estar disponível, desde que esta Assembleia assim o entenda, para coordenar um novo projeto.

Naquela altura fi-lo mais como professora do que como membro desta Assembleia.

Agora não estou como professora como sabem, mas continuo ligada à escola e continuo disponível. Eu acho que foi uma das atividades em que nos devíamos orgulhar. É pelos jovens que nós devemos começar e são os jovens que estão a levar o nome de Mirandela lá fora pelas boas coisas.

Um terceiro ponto:

Mirandela jardins nómadas, acho que é de louvar a iniciativa, mas eu que também saio muito, também trago muitas pessoas a Mirandela. De quando em vez, faço o passeio por Mirandela como se fosse turista a mostrar Mirandela às pessoas que nos visitam.

Mas Senhor Presidente: entrar em Mirandela por qualquer um dos acessos -ultimamente até entrei pela parte do Pingo Doce- deparo-me com uma zona com um bocadinho de flores e relvado. Além do piso estar nas condições que está, devia haver um bocadinho mais de cuidado de mostrar Mirandela com os jardins mais cuidados. Dentro da cidade até temos as oliveiras mas quem entra em Mirandela deveria ter uma imagem diferente da nossa cidade e o impacto inicial acho que conta.

Mobilidade e planos de mobilidade, eu sei que pode haver, do que se falou agora da linha do Tua, acho que se deve valorizar porque nós devemos apostar no turismo. Ouvi - não sei se é verdade ou não - que o “Douro Azul” podia estar interessado em candidatar-se.

Daquilo que eu conheço do Douro Azul e de todas as intervenções que tem feito ao longo deste Douro, por vezes, aquilo que eu acho é que as Câmaras Municipais não têm tirado contrapartidas suficientes, porque é Douro Azul acaba por se dar tudo. Devia haver o cuidado de haver sempre uma mais-valia para a cidade, uma mais-valia para os cidadãos e uma mais-valia para os Municípios.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama fez aqui o apelo para o dia 28, é com muito orgulho que vou fazer parte, que vou estar no dia 28, por isso também eu convidava a estarem.

Também é interessante pensar, que quando foi da organização da Assembleia de Crianças e Jovens, começou por se realizar um Seminário e a partir daí comecei a ir à Torre e foi porque foram os alunos da Torre que mais participaram nessa atividade, porque houve uma colaboração dos professores e dos alunos da Torre que eu comecei a ir à Torre.

Foi nessa altura que se fez um “hino” à Torre, que também foi divulgado aqui neste Auditório há dois anos atrás e que vamos ter o orgulho de o voltar a apresentar nesse dia que espero que toda a gente goste.



Senhora Vereadora da Cultura, (não sei se está aqui, não está) eu acho incrível quando às vezes oiço algumas coisas, estamos a falar do nosso município, estamos a falar das pessoas.

Eu tenho a maior estima e a maior consideração pela Senhora Vereadora da Cultura, eu falo de temas ligados à “cultura e educação”, porque são a minha paixão.

Não irei nunca pôr em causa – se alguém pensa que eu venho pôr em causa a Senhora Vereadora, desenganem-se - Tenho muita, muita estima e consideração pela Senhora Vereadora.

Continuação de um bom dia a todos.

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não há mais inscrições.

Antes de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se quer usar da palavra, queria também aproveitar a oportunidade para dizer à Senhora Deputada *Fernanda Ferreira*, que no que respeita às Assembleias Municipais de Jovens é bom que se saiba que demos sempre o maior carinho e encorajamento e inclusivamente trouxemos para esta Assembleia algumas novidades copiadas obviamente, de outras Assembleias.

Penso que é um caminho a trilhar, porque dará os seus produtos no futuro, dos quais todos nós aproveitaremos. Mas é um assunto que a Comissão Permanente não deixará de trabalhar, numa das suas próximas reuniões, que será no dia 19.

Senhor Presidente, quer comentar estas três intervenções? Faça favor.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo apenas, diretamente às questões colocadas.

Em relação à questão do cruzamento do Hospital, recentemente já houve uma intervenção nesse cruzamento que melhorou em algum aspeto a forma como circulava, nomeadamente com a revitalização dos cruzamentos e das pinturas.

Não existirá qualquer rotunda, garantidamente. É algo que já foi estudado por mais do que uma vez e que infelizmente nunca conseguimos encontrar uma solução que fosse adequada à fruição de trânsito.

Neste momento, uma das avaliações é a colocação dos semáforos. No entanto, a avaliação de fluxos naquele cruzamento não justifica a colocação dos semáforos.

Isto é, os semáforos podem colocar mais dificuldades na circulação, como aconteceu noutras zonas da cidade, do que propriamente o cruzamento.

De qualquer da maneira, há uma intervenção que vem a decorrer pela Avenida Machado Vaz, que irá terminar nos acessos e que cada intervenção que é feita, é feita uma avaliação pelos técnicos municipais.

Há ali um problema efetivamente, no que acabou por referir, nomeadamente, que os veículos de grande dimensão têm dificuldade em fazer ali algumas manobras. Neste momento está a ser reavaliado.

Como digo, rotunda não haverá certamente. Houve um estudo feito, mas a rotunda não irá funcionar.

Sobre a questão da delegação de competências, apenas posso dizer, já provei e não gostei. A delegação de competências na Câmara Municipal de Mirandela foi um processo desastroso que apenas contribuiu para que o Ministério da Educação conseguisse encerrar 42 escolas. Tudo o resto foi transferido diretamente para responsabilidades municipais.

Irei aguardar a eventualidade de haverem novas propostas e alterações destes novos pilotos, mas certamente que se fizermos uma avaliação bastante fria, infelizmente o processo de delegação de competências não passou. Foi de um processo de delegação de despesas e de responsabilidades. Isto pôs em causa a qualidade do ensino no nosso concelho.

Em relação à Deputada *Fernanda Cerqueira*, ficam registadas as suas sugestões e não-de ser avaliadas e transmitidas aos serviços para que possam da melhor forma possível responder àquilo que são essas necessidades.

Aproveito para desejar a todos a continuação de um bom mês de junho e deixo o meu apelo, que se olharem bem para os nossos documentos, para as nossas “newsletters”, poderão ver que temos diversas atividades.

Para lá da que falou aqui o Dr. *Mesquita*, teremos já neste fim-de-semana, um conjunto de atividades a decorrer, nomeadamente em Vila Verdinho, onde há um passeio que já é praticamente da tradição regional por ser um passeio de enorme qualidade.

Teremos a Feira do Queijo e do Mel nos Avidagos, teremos o 10 de Junho em Mirandela.

Eu volto a dizer e sugiro que dentro das possibilidades participem. Mirandela tem uma agenda bastante animada e é sempre bom nessa animação, contar também com a participação dos Membros da Assembleia e com os Senhores Presidentes de Junta.

Continuação de bom trabalho. Obrigado.

-----**O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo em conta que no próximo mês de setembro é a Assembleia que fixa a taxa do IMI a praticar no Município de Mirandela, para o ano de 2016, gostava de colocar à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal o seguinte:

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na pessoa do seu Presidente, propôs ao Primeiro-Ministro no passado dia 12 de maio, a redução da taxa de IMI de 0,5% para 0,4%, como limite máximo para compensar o fim da cláusula-travão que teve reflexos em aumentos significativos deste imposto para muitos contribuintes.



A proposta visa ainda evitar uma dupla penalização das câmaras que sejam forçadas a aderir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), mecanismo de resgate financeiro que obriga as câmaras a colocar o IMI à taxa máxima, além de medidas que condicionam os seus investimentos.

Segundo o Jornal “Económico” a proposta passa por eliminar a taxa de 0,5% do IMI, devendo o intervalo da aplicação ser fixado entre 0,3% e 0,4%.

O objectivo é compensar o fim da cláusula de salvaguarda deste imposto em 2015, que nos últimos três anos limitou aumentos significativos do IMI resultantes da reavaliação extraordinária de imóveis.

Assim, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela gostaria de lhe perguntar se acompanhou a proposta e se revê nela.

Se admite, em caso de ser aceite pelo Governo este limite mínimo e máximo de 0,3% e 0,4%, ponderar a fixação da nossa taxa de IMI no intervalo daqueles dois números.

Isto é, por exemplo 0,350% – entre 0,3% e 0,4%.

Sim, porque a taxa de IMI não tem que ser estabelecida apenas à décima, “0,3%, 0,4%, 0,5%. Pode ser à centésima, por exemplo: 0,350%, 0,375%, como muitos municípios a praticam.

Senhor Presidente admite naquele cenário, a possibilidade de, pelo menos, rever a taxa de IMI do município de Mirandela para que não se fique a praticar a taxa máxima, se for aprovada e aceite pelo Governo aquela baliza a estabelecer pela Assembleia Municipal na sua próxima sessão de setembro, para que se possa desta forma aliviar a pesada carga de impostos a que os municípios estão hoje sujeitos?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Eu, quase pensei que ia dizer que a nossa taxa era 0,5%. Até fiquei confuso, em determinado momento. Ainda bem que disse que nós estávamos no intervalo, entre 0,3% e 0,5% e estávamos no meio.

Ainda bem que o disse, porque por vezes eu oiço argumentos públicos, que em Mirandela o IMI é dos mais elevados, quase do país, quando, só na região temos diversas câmaras municipais que têm o IMI bastante mais elevado do que o nosso.

A proposta do IMI neste momento só tem uma certeza que foi aprovada na reunião de Câmara de 08 de setembro de 2014. Foi uma proposta do Senhor Vereador *Carlos Freitas* que faremos o ajustamento familiar. Já está aprovada e irá aparecer na proposta do IMI.

Uma coisa lhe garanto, caro Deputado, nunca este Presidente da Câmara vem para aqui fazer apologias de pensamento. Eu faço apologias de estudo e de propostas. E quando propus o aumento para 0,4%, justifiquei-o nesta Assembleia com a necessidade de compensar verbas, que nós, perante o Saneamento Financeiro, temos que compensar.

Isso também leva a que é necessário saber o que aconteceu com a cobrança deste ano, se cresceu, se diminuiu, se foi exagerada ou não. É necessário fazer uma avaliação. E fruto dessa avaliação, a proposta que eu apresentarei nesta Câmara nunca será acima de 0,4% e estou totalmente de acordo com a Associação Nacional de Municípios, aliás, sou Membro do Conselho Geral, mas a proposta que aqui apresentarei, será a proposta técnica que iremos avaliar dentro de um quadro de saneamento financeiro e será a proposta que nós considerarmos a mais adequada.

Chegar aqui e utilizar expressões eleitoralistas que vai ser 0,35 ou vai ser 0,34. Vai ser aquilo que tecnicamente, como fizemos no ano anterior. Este ano iremos também avaliar.

De mim não vai ter aqui propostas políticas nem de bandeira. Há-de ser a proposta que nós acharmos mais adequada.

Uma coisa lhe garanto: vai ter a redução familiar, porque foi aprovada em reunião de Câmara. Foi uma proposta de todos os Senhores Vereadores e o compromisso foi, que na proposta que virá aqui em setembro, virá também a proposta da componente familiar. Tirando isso, neste momento não me comprometo nem com 0,4 nem com 0,3, nem com 0,35.

A proposta será aqui apresentada conforme aquilo que é o nosso estudo e aquilo que é a nossa avaliação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Regimentalmente não está previsto que entremos em diálogo. Mas se for um contributo para uma questão tão importante como a do IMI, a Mesa pode-lhe dar a palavra título excepcional.

Faça o favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez não me tenha expressado da melhor maneira, o que eu quis dizer, foi o seguinte:

Sendo hoje 0,3% mínimo e 0,5% máximo, Mirandela está a praticar o 0,4%, ou seja, está no intervalo.

Se por ventura, o Governo aceitasse o 0,4% como máximo, nós passaríamos a estar na banda máxima desse imposto.

2.º Período de Intervenção do Público



----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Vamos passar ao ponto seguinte, 2.º Período de Intervenção do Público.

Está alguém do Público que queira usar a palavra?

O Senhor Professor Cândido Oliveira está a pedir a palavra.

Sabe Senhor Professor: temos no nosso o Regimento, que só é concedida a palavra ao público residente no concelho.

Mas o Presidente da Mesa faz a pergunta a todos os Membros, penso que uma personalidade que tanto tem colaborado com a nossa terra, está absolutamente autorizado a usar da palavra.

Se não houver qualquer objeção, eu teria muito gosto em ouvi-lo e os Mirandenses terão muito prazer em vê-lo pessoalmente.

Faça favor.

----- **O Senhor Professor Cândido Oliveira, disse:**

Antes de começar a dizer qualquer coisa, basta uma pessoa opor-se para eu não falar.

Se houver alguma oposição, não falarei.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Não, não há.

----- **O Senhor Professor Cândido Oliveira disse:**

Então, é para dizer o seguinte:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, primeiro ocuparei cinco minutos e direi porquê. Só cinco minutos contados pelo relógio.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Eu atrevi-me a falar, não conhecia o Regimento, mas a lei é ampla e por isso estava convencido que o público também tinha direito a participar, senão não teria pedido a palavra se conhecesse bem o Regimento.

Queria dizer-lhes que eu fui membro de uma assembleia e quando chega este ponto e alguém quer falar, ele é fuzilado, porque a esta hora as pessoas querem é ir embora e não ouvir mais ninguém, porque acaba o período.

E eu lembro-me muito bem, quando era membro da Assembleia, quando alguém do público queria falar tinha uma reação negativa que é a que provavelmente está a ser tida comigo.

Eu só queria muito rapidamente dizer as tais coisas que agora já não demoram mais de três minutos.

Primeiro:

A facilidade com que se chega a Mirandela. Eu saí de Braga, da Universidade às 9 h. 25 Minutos e às 11 h. 10 Minutos estava dentro desta sala.

Segundo:

Tive a oportunidade de assistir a uma coisa que me agradou. Foi o Período de Outros Assuntos.

Vi aqui desfilados um conjunto de assuntos interessantes e que provam que esta Assembleia trabalha e que aborda assuntos de muito interesse.

Queria dizer-lhes outra coisa ainda:

Esse é um problema de quem vem de fora, normalmente as cidades e as vilas e as sedes de concelho têm problemas para quem vem de fora, normalmente têm uma sinalização mais feita para quem está dentro, não para quem não a conhece, mas cá chegamos.

Uma última:

Apenas para dizer que eu gostaria muito e pedir-vos que Mirandela se tornasse a capital portuguesa do estudo e do funcionamento das Assembleias Municipais.

Tem condições para isso, um município aqui do interior ser a capital portuguesa no que concerne ao estudo e ao funcionamento das Assembleias Municipais.

Era só e peço desculpa por vos ter ocupado tanto tempo.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Muito obrigado também, nós é que ficamos honrados com a sua presença.

Eu queria, antes de encerrar esta sessão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, chamar a atenção para o seguinte:

Hoje terminámos extraordinariamente e surpreendentemente muito tempo antes da hora o que não é comum entre nós.

Isso não tirou o brilho à sessão nem lhe tirou a dignidade que esta Assembleia sempre teve, porque se há um ponto comum que esta Assembleia tem, é o bom entendimento entre os grupos municipais, a maneira como se debatem e que a Mesa regista sempre com agrado e com elevação.

E dentro deste ambiente a que eu chamaria quase familiar, consegui-o, eu não posso deixar de registar hoje a ausência de duas figuras muito simpáticas e que eu considero muito que é o *David Garrido* e o *Fraga*, que às vezes, nós próprios nos excedemos, do

ponto de vista de comentários, mas que eu não deixo de registar hoje a falta deles, porque naturalmente esta sessão não teria tido este pormenor de acabar antes do meio-dia.

Para todos um bom almoço e a continuação de um bom dia.

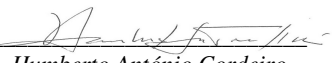
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Primeiro Secretário.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 11 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro